



Câmara Municipal de Manaus Diretoria Legislativa

PROJETO DE LEI N. 287/2018

AUTORIA: Ver. Hiram Nicolau

EMENTA: DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca para usuários do transporte público municipal que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências.

TRAMITAÇÃO

DELIBERAÇÃO:	10/09	/	2018	SITUAÇÃO	1
PROCURADORIA LEGISLATIVA			SAN	CÃO	

14 , 02 , 2019

NA 2ª CCJR

RELATOR: Ver. Oilvandre mota

PLENÁRIO: 01 / 04 / 2019 NA 3ª CFEO

RELATOR: Ver. MARCEL ALEXANDEE

03,04,2019 15/04/2019

PLENÁRIO: 07 1 05 12019 NA 8° COMTMUA

RELATOR: Ver. DIEGO AFONSO

,2019 14 105

Plenário: 11 / 06 / 2019

1ª DISCUSSÃO

Plenário: 12 / 06 / 2019

Saída: 17,06,2019

Prazo: 187 127 9

LEI N. 2.471 DE 03/07/2019 Publicada no DOM N. 4630 Em: 03/07/2019

Divisão de Controle e Edicão de Leis







GABINETE DO VEREADOR HIRAM NICOLAU

PROJETO DE LEI N° 28 →2018.

"DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca para os usuários do transporte público municipal que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências".

Art 1° As pessoas que se encontram em situação de obesidade severa ou mórbida poderão a seu critério ter acesso diferenciado, não sendo obrigadas a passar pela catraca após o pagamento da tarifa.

Art. 2º- Deverão ser fixados informativos visíveis nos ônibus para que os passageiros tenham acesso ao seu direito.

Art. 3°- O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, em 30 de agosto de 2018.

HIRAM NICOLAL Vereador







JUSTIFICATIVA

A proposição ora apresentada visa o conforto e a dignidade das pessoas com obesidade severa ou mórbida pretendendo dar as mesmas a opção da não passagem obrigatória na catraca após o pagamento da tarifa para evitar um grande constrangimento.

A obesidade é considerada um problema de saúde pública nos dias atuais e impõe enormes limitações aos que sofrem desse mal. Em pesquisa divulgada no ano de 2013, a cidade de Manaus ocupa a sexta posição entre as capitais com população acima do peso. De acordo com o Ministério da Saúde, a frequência de obesidade e de excesso de peso na população da cidade passou de 13,5% e 44,1%, em 2006, para 19,6% e 52%, respectivamente. Destarte, mais do que o combate à obesidade, é necessário também enfrentar a realidade imposta a essa parcela da sociedade que passa por imensas dificuldades no dia a dia.

Portanto, a competência do município para legislar sobre o tema está ratificada nos artigos 23 e 30 da Constituição Federal de 1988, de forma indubitável.

Destarte, Nobres Pares, estes foram os motivos que nortearam a apresentação da proposição legislativa ao crivo do Egrégio Plenário, a qual certamente contará com a aprovação desta Casa de Leis.

Plenário Adriano Jorge, em 30 de agosto de 2018.

Vereador

www.cmm.am.gov.br



CMM/DICOM/E	DECOM	DI
Propositura:	ISO 9001	PU
Nº 287	12018	

PROCURADORIA LEGISLATIVA nº

Assinatura

PROJETO DE LEI № 287/2018

PROPOSITURA: 2018.10000.10300.5.004655

AUTORIA: VEREADOR HIRAM NICOLAU

EMENTA: DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca para os usuários do transporte público municipal que sofram de

obesidade severa ou mórbida e dá outras providências.

Ementa: DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca para os usuários do transporte público municipal que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências. Possibilidade e Legalidade de acordo com os arts. 8º e 58, da LOMAN.

O projeto de lei dispõe que as pessoas que se encontram em situação de obesidade severa ou mórbida poderão a seu critério ter acesso diferenciado, não sendo obrigadas a passar pela catraca após o pagamento da tarifa.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em justificativa, aduz o nobre vereador que a proposição ora apresentada visa o conforto e a dignidade das pessoas com obesidade severa ou mórbida pretendendo dar as mesmas a opção da não passagem obrigatória na catraca após o pagamento da tarifa para evitar um grande constrangimento.

É o brevissimo relatório.

Passo à análise e Parecer.







CMM/DICOM/D	ECOM
Propositura:	150.9001, Pb
N°	287/2018

PROCURADORIA LEGISLATIVA

A iniciativa do nobre vereador encontra respaldo jurídico no art. 8º, da LOMAN, eis que é de interesse local a dignidade da pessoa humana.

Em relação à propositura :

LOMAN - Art. 58. "A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei."

Não vislumbro impedimento jurídico capaz de eivar de nulidades a propositura analisada.

Em face do analisado, sugiro ao Exmo. Sr. Presidente da 2º CCJ que seja favorável ao presente projeto de Lei, por estar em consonância aos ditames legais brasileiros.

Manaus, 02 de outubro de 2018.

Priscilla Botelho Souza de Miranda

Procuradora da Câmara Municipal de Manaus





PROJETO DE LEI № 287/2018

PROPOSITURA: 2018.10000.10300.5.004655 AUTORIA: VEREADOR HIRAM NICOLAU

EMENTA: DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca para os usuários do transporte público municipal que sofram de

obesidade severa ou mórbida e dá outras providências.

Ementa: DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca para os usuários do transporte público municipal que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências. Possibilidade e Legalidade de acordo com os arts. 8º e 58, da LOMAN.

O projeto de lei dispõe que as pessoas que se encontram em situação de obesidade severa ou mórbida poderão a seu critério ter acesso diferenciado, não sendo obrigadas a passar pela catraca após o pagamento da tarifa.

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em justificativa, aduz o nobre vereador que a proposição ora apresentada visa o conforto e a dignidade das pessoas com obesidade severa ou mórbida pretendendo dar as mesmas a opção da não passagem obrigatória na catraca após o pagamento da tarifa para evitar um grande constrangimento.

É o brevíssimo relatório.

Passo à análise e Parecer.





CMM/DICOM/DECONSO 900

Propositura

PROCURADORIA LEGISLATIVA

Fls. nº

A iniciativa do nobre vereador encontra respaldo

jurídico no art. 8º, da LOMAN, eis que é de interesse local a dignidade da pessoa humana.

Em relação à propositura:

LOMAN - Art. 58. "A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei."

Não vislumbro impedimento jurídico capaz de eivar de nulidades a propositura analisada.

Em face do analisado, sugiro ao Exmo. Sr. Presidente da 2ª CCJ que seja favorável ao presente projeto de Lei, por estar em consonância aos ditames legais brasileiros.

Manaus, 02 de outubro de 2018.

Priscilla Botelho Souza de Miranda

Procuradora da Câmara Municipal de Manaus







CWW/DICO	M/DECOM
Propositura	THEAMARA.
No 28712	PL 1SO 9001
Fls. nº	08
Assinatura .	walisk

GABINETE DO VEREADOR CORONEL GILVANDRO MOTA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO (CCJR)

Projeto de Lei n. 287/2018 - de autoria do Ver. Hiram Nicolau, que "DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca para os usuários do transporte público municipal que sofram de obesidade severa ou mórbida e da outras providências".

PARECER

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Ver. Hiram Nicolau, que dispõe que as pessoas que se encontram em situação de obesidade severa ou mórbida, poderão, a seu critério ter acesso diferenciado, não sendo obrigadas a passar pela catraca após o pagamento da tarifa.

O objeto de que trata o presente projeto de lei, se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos municípios no âmbito do artigo 8º da LOMAN.

O PL em análise atende exigência regimental. Quanto à iniciativa do projeto de Lei, não há qualquer óbice que impeça sua tramitação e está em completa harmonia com a disposição do artigo 58 da LOMAN. A proposição contém ementa elucidativa do seu objetivo, está assinado pelo autor e se faz acompanhar de justificativa, por escrito, fundamentando a adoção da medida proposta.







CMM/[PICOM/DECOM
Propos	tura: PL
Nº 22	7 2018 ISO 9001
Fls. nº	09
Assinat	ira Waliska

A matéria abordada encontra amparo no enunciado previsto na Carta Republicana em seu artigo 1º, inciso III, o qual prevê como principio fundamental a dignidade da pessoa humana, tendo ainda previsão de tal princípio na LOMAN em seu artigo 8º.

Assim, entendo que o presente projeto não possui, pois, qualquer vício de ilegalidade que impeça o andamento de sua tramitação, razão pela qual manifestome FAVORÁVEL ao seu prosseguimento.

É o parecer.

Manaus, 12 de março de 2019.

Vereador Coronel Gilvandro Mota

Relator

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprov	ado o narce	- Ja	voisi	re	
por	ado o parac totolica	dode		<mark>.</mark>	
dos	num	ites			
em 🥰	26,03	12010	}		
Ohai					

DIRETORIA LEGISLATIVA Votação no Plenário

Situação: V4

Responsável:



		d	la:
	d	Ġ	The same
	T	7	\sim 1
is	Ö	14	001



COWIDEC	OM	
ura:P.L		
1 2018		
70		
ıra Ryon	v-	
	ura: PL 2018 10	ra: PL 1 2018 10

150 9001



DIRETORIA LEGISLATIVA

GABINETE DO VEREADOR MARCEL ALEXANDRE

Votação no Plenário Situação:

Responsável

Bª COMISSÃO DE FINANCAS, ECONOMIA E ORÇAMENTO - CFEO.

PARECER AO PROJETO DE LEI 287/2018

AUTORIA: Vereador Hiram Nicolau

VOTO:

De autoria do Vereador Hiram Nicolau, o Projeto de Lei nº287 de 2018, DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca para usuários do transporte público municipal que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências.

Inicialmente, a propositura foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que opinou favoravelmente quanto aos aspectos legais, constitucionais e jurídicos da proposição.

Dando continuidade ao Processo Legislativo, a proposição foi encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento, para que fossem analisados os aspectos previstos no inciso I do artigo 39 do Regimento Interno.

Na condição de relator, verificou-se que a proposta não cria despesa ao Município, ainda que o art. 2º impõe a fixação de informativos, este custo será totalmente exclusivo da empresa de transporte. Com isso, o presente projeto não visa isentar a tarifa, mas sim um diferenciado acesso para as pessoas que sofrem de obesidade severa ou mórbida, não sendo obrigadas a passar pela catraca após o pagamento da tarifa.

Dito Isto, por não estar em confronto com o art. 148 da LOMAN, que dispõe sobre a proibição de início de ações ou programa que não tenha dotação orçamentária, no que compete analisar, sou FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 287 de 2019.

É o parecer.

Manaus, 04 de Abril de 2019.

DIRETORIA DE COMISSÕES - DICOM DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer. FAUORAVEL

por TOTALIDADE

dos PRESENTES

17,04,2019

Vereador PHS

Relator

Rua Padre Agostinho Caballero Martin,850 São Raimundo, Manaus-AM, 69027-020

建筑中的程内以及

Tele.: (92) 3303-2825/2824

Email: Marcel.alexandre@cmm.am.gov.br





CMM/DICOM/DECOM
Propositura: PL
Nº 287 2018
Fls. nº 150 9001
Assinatura Wayne

GABINETE DO VEREADOR DIEGO AFONSO

8ª COMISSÃO - Comissão de Transporte, Mobilidade Urbana e Acessibilidade – COMTMUA.

PROJETO DE LEI Nº 287/2018, de autoria do Vereador Hiram Nicolau, que "Dispõe sobre a Liberação da Obrigatoriedade de Passagem na Catraca para os Usuários do Transporte Público Municipal que Sofrem de Obesidade Severa ou Mórbida e dá outras Providências".

PARECER

Trata-se de propositura, de autoria do Vereador Hiram Nicolau que "Dispõe sobre a Liberação da Obrigatoriedade de Passagem na Catraca para os Usuários do Transporte Público Municipal que Sofrem de Obesidade Severa ou Mórbida e dá outras Providências."

A referida propositura tem por objetivo proporcionar o conforto e a lignidade das pessoas com obesidade severa pretendendo dar as mesmas a opção da não passagem obrigatória na catraca após o pagamento da tarifa para evitar um grande constrangimento

Sendo assim, todo e qualquer cidadão tem o direito à uma vida digna e s m constrangimentos ou situação vexatória, além de já existir Parecer favorável da Procuradoria da Câmara Municipal de Manaus.

Neste sentido, pela relevância da matéria, somos de parece: FAVORÁVEL ao prosseguimento da propositura.

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES - DECOM

Aprovado o parecer: FAUDRAVEC

Manaus, 03 de junho de 2019. dos PRESENTES

naus, 03 de junho de 2019. dos 105 ,06 ,2019

Ver. Diego Afonso

Membro Titular

DIRETORIA LEGISLATIVA Votação no Plenário

Votação no Pienario

Situação: Aprovado 1ª Discussod

Responsável: Warle

DIRETORIA LEGISLATIVA <u>Votação no Plenário</u>

Em: 12,06,2019

Situação: V41 4 SANCAO

Responsável: a lanlem

DIEGO AFONSO

Rua Padre Agostinho Caballero Martin,850 São Raimundo, Manaus-AM, 69027-020 Tele.: (92)3303-2874

www.cmm.am.gov.br





ISO 9001

PARECER DE REDAÇÃO

Projeto de Lei n. 287/2018

Ementa: DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca do transporte público municipal para os usuários que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências.

Autoria: Vereador Hiram Nicolau

Procedendo à análise do **Projeto de Lei n. 287/2018**, de autoria do vereador Hiram Nicolau, com a ementa acima registrada, verificou-se, com base no que preconiza a Lei Complementar n. 95/1998, combinada com o Decreto n. 4.176, de 28 de março de 2002, a necessidade das adequações redacionais seguintes:

- Na ementa, considerando-se os princípios de ordem lógica, clareza e precisão textual, foram realizados alguns ajustes no texto, passando a redação a vigorar da seguinte maneira:
 - "DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca do transporte público municipal para os usuários que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências."
- 2. No art. 1.º, com a mesma finalidade do item 1, inseriu-se o trecho "no transporte público municipal" após o vocábulo "diferenciado";
- 3. No art. 4.°, em conformidade com o art. 8.º da Lei n. 95/1998, registrou-se no presente do indicativo o verbo "entrará";
- 4. E, no corpo da lei, foram realizadas correções ortográficas e as relativas ao uso dos sinais de pontuação.

Manaus, 13 de junho de 2019.

Ver. Dante (PSDB)

Pres. da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 São Raimundo, Manaus-AM, 69027-020 Tel.: (92)3303-2779 www.cmm.om.gov.br





ISO 9001

Ver. ^a Professora Jacqueline (PHS)

Vice Presidente

Ver. Fred Mota (PR)

Membro

Ver. Marcel Alexandre (PHS)

Membro

Ver. Wallace Oliveira (PODE)

Membro

Ver. Raulzinho (DEM) Membro Ver. Cel. Gilvandro Mota (PTC)

Membro

Parecer de Redação do PL n. 287/2018







DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca do transporte público municipal para os usuários que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências.

- **Art. 1.º** As pessoas que se encontram em situação de obesidade severa ou mórbida poderão, a seu critério, ter acesso diferenciado no transporte público municipal, não sendo obrigadas a passar pela catraca após o pagamento da tarifa.
- Art. 2.º Deverão ser fixados informativos visíveis nos ônibus para que os passageiros tenham acesso ao seu direito.
 - Art. 3.º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.
 - Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 12 de junho de 2019.

Ver. JOELSON SALES SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Manaus









DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE CONTROLE E EDIÇÃO DE LEIS

OFÍCIO N. 064/2019 - DICEL/DL/CMM

Manaus, 14 de junho de 2019.

A Sua Excelência o Senhor ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO Prefeito de Manaus

Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei

Senhor Prefeito,

Conforme preceituam os artigos 8.º e 22, da Lei Orgânica do Município de Manaus, estamos encaminhando a Vossa Excelência, para sanção, o **Projeto de Lei n. 287/2018**, de autoria do vereador Luis Hiram Moraes Nicolau, que "Dispõe sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca do transporte público municipal para os usuários que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências."

Atenciosamente,

JOELSON SALES SILVA Presidente

Raimundo

11:40 HS.

Rua Padre Agostinho Caballero Martin, 850 – São Raimundo Manaus – AM / CEP: 69027-020

Tel.: 3303-2779 www.cmm.am.gov.br



Manaus, quarta-feira, 3 de julho de 2019.

Ano XX, Edição 4630 - R\$ 1,00

Poder Executivo

LEI Nº 2.471, DE 03 DE JULHO DE 2019

DISPÕE sobre a liberação da obrigatoriedade de passagem na catraca do transporte público municipal para os usuários que sofram de obesidade severa ou mórbida e dá outras providências.

O PREFEITO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º As pessoas que se encontram em situação de obesidade severa ou mórbida poderão, a seu critério, ter acesso diferenciado no transporte público municipal, não sendo obrigadas a passar pela catraca após o pagamento da tarifa.

Art. 2.º Deverão ser fixados informativos visíveis nos ônibus para que os passageiros tenham acesso ao seu direito.

Art. 3.º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 03 de julho de 2019.

ARTHUR VIRGÍLIO DO CÁRMO RIBEIRO NETO Prefeito de Manaus